

Ao Excelentíssimo Senhor **Vereador VALDECIR RUBBO** Digníssimo Presidente da Câmara Municipal NESTA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 57/2010

O Vereador VANDERLEI SANTOS, infra-assinado, com base na Lei Orgânica do Município e nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requer a Vossa Excelência que receba e submeta às Comissões Técnicas e à apreciação do Plenário desta Casa, o presente Substitutivo ao Projeto de Lei que visa "INSTITUIR A INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA TOTAL (PASSAGEM ÚNICA) ENTRE OS ITINERÁRIOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Nestes termos. P.Deferimento.

Sala das Sessões, aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze.

Vereador VANDERLEI SANTOS Líder do Partido Progressista



## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 57, DE 16 DE JUNHO DE 2010.

INSTITUI A INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA TOTAL (PASSAGEM ÚNICA) ENTRE OS ITINERÁRIOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

- Art.1º Fica instituída a integração tarifária total (passagem única) entre os itinerários do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Bento Gonçalves.
- § 1º Entende-se por integração tarifária total (passagem única), a realização de 02 (duas) viagens, em sentido contínuo, mediante o pagamento de uma única tarifa.
- § 2º A segunda viagem deverá ser realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados do momento em que o usuário passar pela roleta na primeira viagem.
- § 3º A integração tarifária total beneficiará apenas os usuários do serviço de transporte coletivo que pagarem a tarifa pelo sistema de bilhetagem eletrônica, a ser regulamentado pelo Poder Público.
- § 4º O pagamento da tarifa escolar pelo sistema de bilhetagem eletrônica, confere ao usuário o direito de realizar a segunda viagem, de forma gratuita, apenas no mesmo sentido da primeira, dentro do prazo previsto no § 2º.
- **Art. 2º** Os custos com a implantação da integração tarifária total (passagem única), serão suportados pelas empresas concessionárias do serviço, respeitando o prazo contratual previsto na Lei Municipal nº 1.184, de 04 de janeiro de 1983 e no Decreto nº 5.520, de 27 de dezembro de 2002.
  - **Art. 3º** A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.
  - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze.

ROBERTO LUNELLI Prefeito Municipal